

Verificam-se ainda consideráveis variações na incidência de contratos não-tradicionais entre empresas, setores de atividade, ocupações profissionais e grupos demográficos. Desta forma, ao invés de desregular o mercado de trabalho, as políticas públicas deverão focar-se na promoção de um mercado de trabalho mais inclusivo, protegendo os trabalhadores e promovendo uma sociedade que incentive a produtividade e a confiança mútuas.

AS CONFEDERAÇÕES PATRONAIS PORTUGUESAS: UMA PROPOSTA ANALÍTICA DAS SUAS CONFIGURAÇÕES

João Loureiro e Luísa Veloso (CIES-Iscte)

Ainda que se constituam como cúpulas representativas da acção colectiva do patronato português, as confederações patronais nacionais continuam a receber escassa atenção académica. O preenchimento desta lacuna depende, num primeiro plano, de um levantamento empírico que permita sistematizar uma historiografia da organização e acção destes actores. Mas uma análise mais consequente, que tenha um valor explicativo e não se limite ao descritivo, requer, a montante, uma problematização, cujo enquadramento se propõe sujeitar à discussão com esta comunicação. Propõe-se um quadro analítico que interrelaciona três dimensões tidas como constitutivas de um estudo sobre as práticas e discursos das confederações patronais, o qual será aplicado à realidade portuguesa. A primeira dimensão considera as confederações enquanto organizações, privilegiando, entre outros elementos, a forma como estas funcionam, atendendo às suas regras internas, às relações de dependência e de poder entre organização e associados, às lideranças associativas e à origem e destino dos recursos disponíveis. A segunda dimensão olha para estas confederações enquanto ‘parceiros sociais’, em particular no quadro das instituições de concertação social, dimensão que é tributária de estudos de referência sobre o corporatismo e, no passado mais recente, de estudos (sobretudo europeus) sobre pactos sociais e formas de governação tripartida; já na literatura sobre a realidade nacional identifica-se uma ênfase nas opções governativas e sindicais em detrimento das patronais. A terceira dimensão considera as confederações enquanto actores políticos, atendendo às preferências políticas que veiculam no espaço público, aos posicionamentos que estabelecem face a governos e partidos e à relação que terão (ou não) com formas mais inorgânicas de participação política no espaço público de representantes do capital (tais como os “think tanks”). Em cada uma destas dimensões, o caso português apresenta singularidades face a outras experiências europeias. É o nosso argumento de que as razões para tais singularidades poderão ser encontradas no cruzamento destes três eixos de análise.

AS VULNERABILIDADES E O POTENCIAL TRANSFORMADOR DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS: ALGUNS CONTRIBUTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

Joana Marques (A3S e Cies-IUL)

Luísa Veloso (ISCTE-IUL)

Historicamente, os antagonismos inerentes às sociedades capitalistas têm gerado diferentes respostas coletivas das classes populares e trabalhadoras na tentativa de resolver as suas necessidades numa perspetiva de transformação social. Diferentes teorias e experiências de trabalho associado e cooperativo têm alimentado um debate sobre o seu potencial transformador nas economias e sobre os seus dilemas enquanto alternativa ao trabalho assalariado. Nesta comunicação, pretende-se retomar esse debate a partir do confronto de diferentes referenciais teóricos (Marx 1894, Polanyi 1944, Fraser 2011, entre outros) e das experiências recentes de resposta à precarização do trabalho e a contextos de crise, como o de 2008 e o da atual pandemia. A comunicação enquadra-se no âmbito do projeto de investigação COLLECTITUDE – “Building the collective at times of precarity: precarious labour and its countermovements”. Do ponto de vista empírico, a análise tem por base dois setores de atividade económica que, no contexto português, são paradigmáticos dos atuais processos de precariedade laboral: o setor da construção civil, caracterizado por se basear em trabalho intensivo e por complexas redes de subcontratação; e o setor artístico, marcado pela preponderância do trabalho do projeto, intermitência e pelo (falso) trabalho independente e

decorrente falta de proteção no emprego. Tendo por base entrevistas com diferentes coletivos de trabalhadores e trabalhadoras e com movimentos laborais e sindicais dos dois setores, pretende-se discutir como as formas de organização coletiva emergentes integram (ou não) aquilo que Polanyi conceptualizou como um contra-movimento. Se por um lado o trabalho associado apresenta uma proposta de reconstrução de um projeto coletivo e surge como uma alternativa de inserção social e laboral para trabalhadores excluídos de um contrato formal de trabalho, por outro lado, ao estar ele próprio sujeito aos mecanismos de mercado, não está isento de processos de precarização e autoexploração, reproduzindo também os defeitos do sistema no qual se insere.

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 7

DESIGUALDADES III

A ECONOMIA POLÍTICA E O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Gustavo Sugahara (Postdoc researcher at AgeSUD SSHF – ARA | SERAF-UIO; PhD Researcher at DINAMIA’CET-IUL; Lecturer at SAM – OsloMet)

A possibilidade de viver mais é uma conquista recente para a maior parte da humanidade. Este evento sem precedentes, continua a ser negligenciado quanto a sua importância e complexidade. O alinhamento da perspetiva neoclássica da economia, com a perspetiva biomédica da velhice, domina a orientação das políticas públicas e, em larga medida, a própria conceção individual do que é a velhice. Toda a gente quer viver mais, ninguém quer ser velho. Há velhice para além dos problemas? O envelhecimento populacional pode ser concebido como indutor de desenvolvimento económico? Quais as respostas oferecidas pela economia política para o envelhecimento populacional? São algumas das perguntas que tentarei abordar nesta comunicação.

EMPREENDEDORISMO ACADÉMICO E INOVAÇÃO SOCIAL: RESPOSTAS TRANSFORMADORAS AOS DESAFIOS E NECESSIDADES SOCIETAIS QUE INFLUENCIAM A GERAÇÃO E DIFUSÃO DE PRÁTICAS DE INOVAÇÕES SOCIAIS – UMA REVISÃO DA LITERATURA

Fábio Sampaio (CES, Universidade de Coimbra)

Nos últimos anos generalizaram-se várias formas de articulação ciência-sociedade. O empreendedorismo académico é um desses mecanismos. Remete para a criação de empreendimentos a partir de conhecimento gerado na universidade. O papel da Universidade e de outras entidades de investigação científica foi então reequacionado na sociedade do conhecimento, como centros produtores de conhecimento e de inovação. Muitas iniciativas empreendedoras pretendem gerar respostas a necessidades sociais, estando, diretamente ligadas à geração de inovações sociais. No que se refere a este valor social produzido pelo empreendedorismo académico, este está associado à resolução de desafios sociais. A partir de uma perspetiva Schumpeteriana, o empreendedorismo académico pode ser analisado como a geração de valor através de inovação social. A inovação social refere-se ao desenvolvimento e/ou implementação de novas ideias para atender a desafios e necessidades sociais explícitas ou latentes usando para tal conhecimento compartilhado e coproduzido que seja inovador tanto nos seus fins como nos seus meios. Portugal não ficou afastado desta tendência, mas o tema ainda carece de investigação. Partindo de contribuições dos Estudos Sociais de C&T e da Sociologia Económica, sobre empreendedorismo e inovação, a presente comunicação pretende analisar a ligação entre o empreendedorismo académico e inovação social. Essa ligação será analisada a partir do enquadramento do conceito de empreendedorismo académico como uma “prática realizada com a intenção de transferir conhecimento entre as universidades (...) e o ambiente externo, de modo a de produzir valor económico e social” (Cantaragiu, 2012, p. 687) e, por outro lado, a inovação social como o desenvolvimento e/ou implementação de novas ideias para